

A DEMOCRACIA BRASILEIRA MORREU?

*Herberth Heloy Amaral de Oliveira**

Resumo: Há algum tempo que a estabilidade institucional do Brasil está em falta, que os pilares da nossa jovem democracia estão fragilizados e que a política está cada vez mais polarizada. O processo de desestabilização que se iniciou com as jornadas de junho de 2013, tomou força com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 nos mostra que a crise se normalizou no sistema político, social e econômico do país. Com base na análise exposta no livro *Como as Democracias Morrem* sobre o ressurgimento do autoritarismo em democracias contemporâneas através dos próprios mecanismos desse regime, o presente artigo pretende versar sobre a história recente do Brasil, focando, principalmente, no papel desempenhado por Jair Bolsonaro no processo de erosão democrática que o país enfrenta, como foi possível o aprofundamento dessa crise política e como revertê-la sem apelar para medidas estranhas à Constituição. Será explorada, também, a relação dessa crise com o fenômeno nacional-populista que tem estado presente na cultura política de vários países ocidentais desde o início do século XXI e que representa a mais urgente ameaça aos valores políticos herdados do iluminismo na contemporaneidade, mesmo em países com instituições fortes e estáveis.

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo; Populismo; Nacionalismo; Colapso Institucional.

HAS BRAZILIAN DEMOCRACY DIED?

Abstract: It has been a while that Brazil's institutional stability has been lacking, the pillars of our young democracy have been weakened, and the politics is getting polarized. The destabilization process that began with the June 2013 protests, gained strength with the impeachment of former president Dilma Rousseff, and culminated with the election of Jair Bolsonaro shows us that the crisis has become normalized in the country's political, social, and economic system. Based on the analysis presented in the book *How Democracies Die* about the resurgence of authoritarianism in contemporary democracies through the very mechanisms of this regime, this article intends to address the recent history of Brazil, focusing mainly on the role played by Jair Bolsonaro in the process of democratic erosion faced by the country, how it was possible for this political crisis to deepen, and how to reverse it without resorting to measures alien to the Constitution. The relationship of this crisis with the national-populist phenomenon that has been present in the political culture of several western countries since the beginning of the 21st century and that represents the most urgent threat to Enlightenment political values in contemporary times, even in countries with strong and stable institutions, will also be explored.

Keywords: Democracy; Authoritarianism; Populism; Nationalism; Institutional Collapse.

* Graduando em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Ciência Política no Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Brasil. Membro da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA). Integrante do Grupo de Trabalho de Litígio Estratégico Internacional da Defensoria Pública do Estado do Pará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7682-8782>. Contato: herberth.oliveira@icj.ufpa.br.

¿ESTÁ MUERTA LA DEMOCRACIA BRASILEÑA?

Resumen: Desde hace algún tiempo, la estabilidad institucional de Brasil es escasa, los pilares de nuestra joven democracia están debilitados y la clase política está cada vez más polarizada. El proceso de desestabilización que comenzó con las protestas de junio de 2013, se afianzó con el impeachment de la ex presidenta Dilma Rousseff y culminó con la elección de Jair Bolsonaro nos muestra que la crisis se ha normalizado en el sistema político, social y económico del país. A partir del análisis expuesto en el libro *Cómo mueren las democracias* sobre el resurgimiento del autoritarismo en las democracias contemporáneas a través de los propios mecanismos de este régimen, este artículo pretende abordar la historia reciente de Brasil, centrándose principalmente en el papel desempeñado por Jair Bolsonaro en el proceso de erosión democrática que enfrenta el país, cómo fue posible profundizar esta crisis política y cómo revertirla sin apelar a medidas ajenas a la Constitución. También se explorará la relación entre esta crisis y el fenómeno nacional-populista presente en la cultura política de varios países desde principios del siglo XXI, que representa la amenaza más urgente para los valores políticos de la Ilustración en la época contemporánea, incluso en países con instituciones fuertes y estables.

Palabras clave: Democracia; Autoritarismo; Populismo; Nacionalismo; Colapso Institucional

“A história nos ensina que [...] dentre os homens que derrubaram as liberdades das repúblicas, a maior parte começou sua carreira bajulando o povo; começaram demagogos e acabaram tiranos.”

ALEXANDER HAMILTON.

1 Introdução

Em 1991, Samuel Huntington, cientista político e professor universitário na Universidade de Harvard, publicou, na tradicional revista acadêmica *“Journal of Democracy”*, um artigo intitulado *Democracy’s Third Wave*¹ que, posteriormente, foi expandido no livro *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*². Em ambas as obras, Huntington argumenta que a história evidencia um padrão de mudança política que ocorre em ondas, isto é, períodos específicos em que um conjunto expressivo de países passa por processos de democratização e desdemocratização. Segundo o autor, a

¹ HUNTINGTON, Samuel. *Democracy’s Third Wave*. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, Baltimore, p. 12-34, 1970.

² HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma City: University of Oklahoma Press, 2012.

primeira onda de democratização, que durou de 1828³ a 1926, foi revertida entre 1922⁴ a 1942. A segunda onda, que durou de 1943⁵ a 1962, foi revertida entre 1958 e 1975, principalmente por causa de golpes militares em países latinoamericanos. A terceira onda, que começou em 1974 com o fim da ditadura salazarista em Portugal, continua até hoje, mas há bons motivos para acreditar que não por muito tempo. Larry Diamond, talvez o maior especialista em democracia da atualidade, acredita que estamos vivendo uma recessão democrática em razão da gradativa fragilização dos procedimentos democráticos por líderes eleitos⁶. E os acontecimentos recentes na América e na Europa corroboram essa tese.

Em 2016, a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas acendeu um alerta de que algo havia mudado na democracia mais longa e estável do planeta. Obviamente que Trump não foi o primeiro populista iliberal a ascender ao poder em um Estado no século XXI — seis anos antes, em 2010, Viktor Orbán voltou ao posto de primeiro-ministro da Hungria e antes disso, em 2004, Hugo Chávez começava a dar sinais de subversão da democracia venezuelana⁷ — mas foi a primeira vez que isso havia acontecido na maior potência mundial. Trump, apesar do que muitos acreditam, pode até ter acelerado o processo, mas não foi a causa do retrocesso institucional, e sim efeito de uma gradual e supranacional revolta popular contra as bases da democracia liberal, impulsionada pelo movimento nacional-populista, como descrito por Roger Eatwell e Matthew Goodwin⁸.

Se algo assim foi possível de acontecer em uma democracia estável, que por muito tempo conseguiu afastar políticos pouco compromissados com a Constituição e com os valores fundantes do país da chefia do Executivo nacional, era sinal de que, afinal, qualquer país estava vulnerável à onda populista, autoritária e demagógica que estava alçando voos cada vez mais altos no cenário internacional.

No Brasil, a eleição presidencial de 2018 confirmou essa hipótese. Pela primeira vez desde a redemocratização, um político de viés populista e autoritário foi escolhido

³ Nesse ano, com a vitória de Andrew Jackson da eleição presidencial dos Estados Unidos da América, iniciou-se a “democracia jacksoniana”.

⁴ Ano de ascensão do fascismo ao poder na Itália, representada na posse de Benito Mussolini como primeiro-ministro.

⁵ Ano em que Mussolini é preso e o novo governo italiano assina o armistício de Cassibile com as forças aliadas.

⁶ DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, Baltimore, 2015, p. 144.

⁷ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 14-17.

⁸ EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020, p. 20-24.

presidente da República pelo voto popular. Jair Bolsonaro, um deputado conhecido por opiniões controversas e filiado a um partido “nanico”, foi a opção de mais de 55 milhões de brasileiros no segundo turno contra o ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação Fernando Haddad (PT). Essa virada histórica nos rumos do país levanta uma questão que ecoou e ainda ecoa na mídia e no meio acadêmico: afinal, como isso foi possível, quais as consequências desse acontecimento e como reverter o processo de erosão institucional ainda em andamento?

Uma explicação dada pelos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt à eleição de Trump em *Como as Democracias Morrem* se aplica, em grande medida, à Bolsonaro, isso porque ambos se igualam ideologicamente no reacionarismo e na recusa aos valores e condições da democracia liberal constitucional. A tese principal de Levitsky e Ziblatt é de que, atualmente, os sistemas democráticos não estão mais ruindo por consequência de golpes militares, mas por políticos democraticamente eleitos que, aos poucos, em atos reiterados, erodem a estabilidade institucional e ameaçam os direitos humanos fundamentais. Ao contrário do que aconteceu em 1964, em 2018 a erosão da democracia brasileira começou no voto.

Baseado nos estudos do sociólogo e cientista político alemão Juan José Linz⁹, os autores de *Como as Democracias Morrem* propuseram quatro elementos que ajudam a identificar um político autoritário: rejeição das regras democráticas do jogo (ou pouco apreço por elas), negação da legitimidade dos oponentes políticos, tolerância ou encorajamento à violência e propensão a restringir liberdades civis de oponentes e da mídia¹⁰. Junto a esses, podem ser também consideradas a rejeição às normas constitucionais implícitas e a tendência de disseminar fatos distorcidos com o objetivo de angariar apoio popular.

Nos próximos tópicos, serão expostas evidências que confirmam que Bolsonaro incontestavelmente preenche os quatro critérios de classificação de um político descompromissado com os valores liberal-democratas desde antes de ser eleito. Posteriormente, compreender-se-á as origens, ideias e estratégias do fenômeno nacional-populista, cuja agenda foi adotada sem restrições pelo chefe do Poder Executivo nacional na missão de fragilização institucional. Em sequência, importa analisar como atua a Constituição em um contexto de erosão democrática e a relevância das normas implícitas do

⁹ Em 1978, Linz publicou um livro intitulado *The Breakdown of Democratic Regimes* que foi precursor da análise da erosão democrática contemporânea.

¹⁰ LEVITSKY; ZIBLATT, *Como as democracias morrem*, cit., p. 33-34.

regime democrático. Ao final, breves considerações sobre as atitudes necessárias para reverter o desfalecimento democrático tomando como base as análises de Levitsky sobre a experiência brasileira recente.

2 “A prova dos nove” de Jair Bolsonaro

Um aspirante a autocrata não surge repentinamente. Seja um membro do establishment ou um *outsider*, geralmente é possível identificar posturas incompatíveis com os ideais da democracia antes que a pessoa seja eleita ou consiga ascender na escala de hierarquia política. É essencial que essa identificação seja feita repetidamente pela sociedade civil e pela liderança dos partidos políticos, pois se trata de separar o joio do trigo e, assim, manter bem guardado os “portões” da democracia.

No caso do Brasil, essa identificação falhou integralmente. Jair Bolsonaro elegeu-se vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1988 pelo Partido Democrata Cristão, de linha nacionalista e com membros do extinto ARENA (partido de sustentação da ditadura civil-militar). Em 1990, foi eleito deputado federal e conseguiu se reeleger nas seis eleições seguintes se aproveitando das repercussões midiáticas que suas propostas, atos e discursos desatinados ganhavam. Elegeu-se presidente da República em 2018, pelo até então insignificante Partido Social Liberal e, apesar de boa parte do eleitorado argumentar que não era possível constatar as veias autocratas dele, os fatos dizem o contrário.

Seguindo a “prova dos nove” proposto por Levitsky e Ziblatt, cujo desenvolvimento se deu com base nas análises de Juan Linz, o principal indicador de comportamento político autoritário é rejeitar as regras democráticas ou possuir fraco compromisso com elas. Isso significa atacar a Constituição, defender medidas de exceção institucional e minar a legitimidade dos governantes eleitos. Em 1999, em uma entrevista para o programa Câmara Aberta da TV Bandeirantes¹¹, Bolsonaro defendeu que através do voto não era possível mudar nada no país, quando questionado acerca das dificuldades de governabilidade impostas pelo regime democrático e que, caso algum dia fosse eleito presidente, não tinha dúvida de que daria golpe imediatamente já que o Congresso Nacional era inútil. Essas falas foram objeto de um processo por falta de decoro parlamentar e crime contra a Lei de Segurança Nacional, mas a ação não resultou em nada. No mesmo ano, mas na tribuna da

¹¹ KOKAY, Érika. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Deutsche Welle*, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-pol%C3%AAmicas/a-46065201>. Acesso em: 14 ago. 2022.

Câmara dos Deputados, Bolsonaro dobrou o tom ao afirmar que era a favor da volta da ditadura militar se o parlamento desse “mais um rumo ao abismo”¹².

Negar a legitimidade da oposição, os representando como criminosos ou uma ameaça à nação com o propósito de prejudicá-los eleitoralmente, é o segundo indicador de conduta autocrata. Por diversas vezes, antes e durante a eleição presidencial de 2018, Jair Bolsonaro atacou o Partido do Trabalhadores (PT), os ex-presidentes Luís Inácio e Dilma Rousseff, líderes de movimentos sociais e sindicalistas os chamando de terroristas e bandidos¹³¹⁴, além de insinuar que, caso não fosse eleito, os interesses da nação estariam comprometidos pela agenda do Foro de São Paulo, uma organização que reúne partidos políticos e organizações de esquerda da América Central e da América Latina¹⁵. Argumenta-se muitas vezes que meras palavras não importam para crise política, mas nada poderia estar mais distante da realidade, já que “um rápido exame dos líderes demagógicos mundo afora sugere que muitos deles de fato cruzam a fronteira entre palavras e ação”¹⁶, além de que, “se o público passar a compartilhar a opinião de que oponentes são ligados ao terrorismo, [...] torna-se mais fácil justificar ações violentas empreendidas contra eles”¹⁷, incentivando o crescimento da polarização e de um clima de hostilidade ideológica.

E é justamente por isso que a tolerância ou o encorajamento à violência é o terceiro indicador de comportamento autoritário, indicador esse que Bolsonaro fez questão de deixar bem evidente durante sua carreira política como deputado federal, defendendo, em televisão aberta, o fuzilamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o uso da tortura contra Chico Lopes, ex-presidente do Banco Central que invocou o direito constitucional do silêncio em uma audiência da CPI dos Bancos¹⁸. Além disso, em 2003, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, disse que não estupraria uma deputada do PT porque ela não merecia e repetiu o discurso misógino onze anos depois no plenário¹⁹, o que lhe rendeu uma

¹² *Idem.*

¹³ SABALLA, Léo. Bolsonaro diz que atos do MST têm de ser tratados como 'terrorismo'. *GI*, Porto Alegre, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/08/29/bolsonaro-diz-que-atos-do-mst-tem-de-ser-tratados-como-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹⁴ CÂMARA absolve deputado que xingou Lula e Dilma. *Conjur*, São Paulo, 29 out. 2008. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-out-29/camara-arquivo-representacoes-deputado-xingou-lula-dilma>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/948887734357196800?lang=en>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹⁶ LEVITSKY; ZIBLATT, *Como as democracias morrem*, cit., p. 79.

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ KOKAY, Bolsonaro em 25 frases polêmicas, cit.

¹⁹ *Idem.*

condenação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal²⁰. Em um comício no Acre em 2018, Bolsonaro defendeu fuzilar apoiadores do PT enquanto simulava uma arma usando um tripé. Depois de eleito, não abrandou o discurso e minimizou a morte de Marcelo Arruda, tesoureiro do diretório do PT em Foz de Iguaçu (PR) que foi assassinado por um bolsonarista enquanto comemorava o aniversário de cinquenta anos com decoração temática do ex-presidente Lula²¹.

Junto à rejeição das regras do jogo democrático, à negação da legitimidade da oposição e à tolerância ou encorajamento da violência, a propensão de restringir os direitos e liberdades constitucionais completam a prova de identificação dos autocratas. Essa propensão se manifesta de forma mais evidente quando a Constituição do país é analítica e impõe mais limites ao chefe do Poder Executivo, mas nada impediu que Trump, por exemplo, adotasse essa postura estando submetido à uma Carta sintética e praticamente omissa quanto à extensão das atribuições presidenciais. No caso do Brasil, a Lei Fundamental é extensa, possui uma ampla garantia de direitos e liberdades (inclusive de grupos minoritários), incentiva a participação popular na esfera política, impõe aos três poderes da República um efetivo sistema de controle mútuo e sua modificação importa um processo legislativo diferenciado e rigoroso — o que leva alguns doutrinadores a classificarem como super-rígida²². Isso implica dizer que, ao ascenderem ao poder, aspirantes a déspota enfrentam um caminho tortuoso para efetivar seu plano de poder, principalmente sem apoio parlamentar consolidado.

A simpatia de Bolsonaro pelos valores da Constituição Cidadã sempre foi mínima. Antes de ser eleito, declarou em canal aberto que o erro da ditadura civil-militar (1964-1985) “foi torturar e não matar”²³. Durante a votação da abertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, elogiou o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI acusado de torturar opositores da ditadura. Em 2017, atacou a laicidade do Estado afirmando que o “Estado é cristão” e defendeu que as minorias deveriam se submeter às vontades da maioria ou simplesmente desaparecer, em evidente contradição com os

²⁰ BOLSONARO é condenado a pagar indenização a Maria do Rosário. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 fev. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/bolsonaro-e-condenado-a-pagar-indenizacao-a-maria-do-rosario-88yd7zljbnwx1di6g8agxu415/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

²¹ BEHNKE, Emilly. Bolsonaro minimiza motivação política em morte de petista. *Poder360*, Brasília, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-minimiza-motivacao-politica-em-morte-de-petista/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

²² MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 36ª ed. São Paulo: Atlas, 2020, p. 65.

²³ KOKAY, Bolsonaro em 25 frases polêmicas, *cit*.

princípios fundamentais da República²⁴. Depois de eleito, para a surpresa de ninguém, exaltou o golpe militar de 1964²⁵, afirmou que às vezes seguir a Constituição “embrulha o estômago”²⁶ e, em uma caricata tentativa de imitar Luís XIV, disse que ele próprio era a Constituição após receber críticas por participar de atos pró-golpe militar²⁷.

Quando um político apresenta compatibilidade com qualquer um desses indicadores é um sinal de alerta que algo não vai bem no sistema democrático de determinado país. Quando converge em todos os quatro, trata-se de uma ameaça. A ameaça não foi neutralizada durante a disputa eleitoral de 2018, ao contrário, ganhou posição privilegiada na política brasileira. Com isso, irrompeu-se a maior tensão entre a Constituição e o governo federal desde a redemocratização. Como será tratado no próximo tópico, os testes de resistência ao qual as instituições nacionais têm sido submetidas são implicações de um fenômeno muito maior, cuja as consequências só podem ser mitigadas com o fortalecimento dos controles recíprocos do poder político.

3 O nacional-populismo e a estratégia de contorno das limitações democráticas

Em grande parte do ocidente a democracia liberal está a enfrentar o movimento nacional-populista que emerge acompanhado de um cenário de inflexão da vontade popular. Em 2018, diante da vitória de Trump e do Brexit, Roger Eatwell e Matthew Goodwin, cientistas políticos britânicos especializados em volatilidade política nas grandes potências ocidentais, publicaram *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*, onde sustentaram a tese de que em várias partes do mundo há uma crescente indignação contra o *status quo* florescendo, sobretudo nas camadas populacionais mais pobres. Em síntese, trata-se de uma revolta contra as instituições políticas liberais e a classe política tradicional, criando um ambiente propício para o surgimento de políticos populistas.

²⁴ *Idem.*

²⁵ PORTO, Douglas. Ministério da Defesa publica ordem do dia em alusão ao 31 de março. *CNN Brasil*, São Paulo, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

²⁶ BEHNKE, Emilly; MAIA, Mateus. Seguir a Constituição por vezes embrulha o estômago, diz Bolsonaro. *Poder360*, Brasília, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/seguir-a-constituicao-por-vezes-embrulha-o-estomago-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

²⁷ CARVALHO, Daniel. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia um dia após ato pró-golpe militar. *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/04/eu-sou-a-constituicao-diz-bolsonaro-ao-defender-democracia-um-dia-apos-ato-pro-golpe-militar-ck98k3f8c01x101p5zcz3up2e.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Para Eatwell e Goodwin são quatro as razões dessa revolta: o elitismo do sistema democracia liberal que produziu desconfiança dos políticos e das instituições; as políticas favoráveis à imigração que produziram uma mudança étnica relativamente rápida e, assim, criaram receios de que a identidade nacional pudesse ser destruída; o aprofundamento das desigualdades que, junto às crises econômicas, gerou a sensação de declínio da qualidade de vida; e o desalinhamento entre as opiniões dos eleitores e o programa dos partidos políticos tradicionais, o que favoreceu o surgimento de líderes *outsiders*, entre os quais podemos citar Viktor Orbán (Hungria), Donald Trump (Estados Unidos), Marine Le Pen (França), Matteo Salvini (Itália), Andrzej Duda (Polônia), Nigel Farage (Reino Unido) e, claro, Jair Bolsonaro (Brasil).

Apesar de haver uma diferença na abordagem²⁸ dada por Levitsky e Ziblatt em *Como as democracias morrem* e Eatwell e Goodwin em *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*, tratam-se de duas obras que compreendem o mesmo fenômeno de erosão democrática empreendido por líderes democraticamente eleitos. Por isso, o estudo conjunto das referidas obras fornece um horizonte interpretativo maior do objeto de análise deste artigo.

Ao obterem sucesso com o uso do sentimento de desesperança das massas com os rumos que os Estados nacionais são levados pelas forças tradicionais, os autocratas iniciam uma jornada de contorno das limitações impostas pela democracia liberal. Primeiramente, tentam dismantlar o sistema de freios e contrapesos da tripartição de poder ao cooptar as agências de controle e o Poder Judiciário, principalmente os membros dos Tribunais responsáveis pela interpretação constitucional, pois assim “podem servir aos objetivos do aspirante a ditador, protegendo o governo de investigações e processos criminais”²⁹. Quando não conseguem, trabalham para tentar alterar a composição dos tribunais superiores de forma a escolher juízes simpáticos às propostas do governo e, assim, limitar a capacidade da justiça em atuar como um mecanismo de controle eficaz dos outros poderes. Bolsonaro está reiteradamente provando a tese: até o momento trocou o diretor-geral da Polícia Federal (PF) quatro vezes, sendo que todas as trocas se deram após investigações da instituição atingirem familiares e aliados em casos de suspeita de corrupção e de ataques contra o Estado

²⁸ Levitsky e Ziblatt concentram a análise nas experiências dos Estados Unidos em análise comparada com a América Latina, enquanto Eatwell e Goodwin consideram, principalmente, a Europa.

²⁹ LEVITSKY; ZIBLATT, *Como as democracias morrem*, cit., p. 81.

democrático de direito³⁰. Em uma reunião ministerial realizada no Palácio do Planalto em 22 de abril de 2020, cuja gravação foi liberada posteriormente pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello no âmbito de investigações de interferências na PF, Bolsonaro explicitamente disse que iria interferir em todos os órgãos de inteligência se não recebesse informações privilegiadas³¹. Além disso, aliados do presidente no Congresso colocaram esforços na tentativa de aprovar a redução da idade de aposentadoria dos ministros do STF (o que possibilitaria Bolsonaro nomear mais dois membros para a Corte)³², desengavetaram uma Proposta de Emenda à Constituição que aumentaria para 15 o número de membros do STF³³ e propuseram o impeachment dos ministros Gilmar Mendes³⁴, Luís Roberto Barroso³⁵ e Alexandre de Moraes³⁶.

Com as forças de controle subjugadas, os autocratas concentram esforços na neutralização da oposição, que, atualmente, não necessariamente se materializa por uma perseguição evidente daqueles que discordam da linha do governo, mas por métodos de cooptação que não comprometem formalmente a normalidade institucional, como, por exemplo, o uso do poder econômico do Estado para comprar apoio político. Busca-se, pois, manter a existência de um grupo opositor no parlamento, mas com atuação intimidada.

O chamado “orçamento secreto”, existente desde 2020 na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é um claro exemplo dessa tática na política brasileira que, aliás, foi

³⁰ BOLSONARO troca direção da PF pela 4ª vez e nomeia delegado ligado a ministro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/bolsonaro-troca-dire%C3%A7%C3%A3o-da-pf-pela-4%C2%AA-vez-e-nomeia-delegado-ligado-a-ministro-1.779090>. Acesso em: 09 ago. 2022.

³¹ “VOU interferir. Ponto Final”, disse Bolsonaro após reclamar da PF. *Correio Braziliense*, Brasília, 14 mai. 2020. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/14/interna_politica,854951/vou-interferir-ponto-final-disse-bolsonaro-apos-reclamar-da-pf.shtml. Acesso em: 09 ago. 2022.

³² HAUBERT, Mariana. Proposta que antecipa aposentadoria de ministros do STF avança na Câmara. *Poder360*, Brasília, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/proposta-que-antecipa-aposentadoria-de-ministros-do-stf-avanca-na-camara/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

³³ PROJETO que aumenta para 15 número de ministros do STF é desengavetado. *Migalhas*, Brasília, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/352460/projeto-que-aumenta-para-15-numero-de-ministros-do-stf-e-desengavetado>. Acesso em: 09 ago. 2022.

³⁴ MARCOS do Val pede impeachment de Gilmar Mendes. *Agência Senado*, Brasília, 10 de abril de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/10/marcos-do-val-pede-impeachment-de-gilmar-mendes>. Acesso em: 09 ago. 2022.

³⁵ SENADOR pede impeachment de Barroso por fala sobre Forças Armadas. *Poder360*, Brasília, 25 mai. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/senador-pede-impeachment-de-barroso-por-fala-sobre-forcas-armadas/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

³⁶ LASIER pede processo de impeachment contra Alexandre de Moraes. *Agência Senado*, Brasília, 16 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/06/lasier-pede-processo-de-impeachment-contra-alexandre-de-moraes>. Acesso em: 09 ago. 2022.

objeto de críticas do vice-presidente da República³⁷. Sem maioria estável no Congresso Nacional, Bolsonaro tem reiteradamente atentado contra a responsabilidade fiscal para aprovar projetos que lhe favoreçam no pleito eleitoral de 2022. O esquema se utiliza das emendas parlamentares, particularmente das controversas “emendas de relator”³⁸, para distribuir verbas que, em tese, deveriam ser aplicadas de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, mas que, na prática, são destinadas para parlamentares que se comprometem a retribuir o favor, votando em projetos propostos pelo governo, por exemplo. Além disso, esse mecanismo é vantajoso para o governo porque não há transparência suficiente que permita identificar para qual área (saúde, educação, segurança pública, assistência social, etc.) as verbas serão destinadas, de forma a possibilitar que os recursos sejam empenhados em áreas cujo o financiamento não está comprometido ou cujo déficit não é o pior nas contas municipais³⁹. Somente em 2021, R\$18,5 bilhões foram empenhados nesse esquema, R\$909 milhões somente na véspera da votação em primeiro turno da PEC dos precatórios na Câmara dos Deputados, cuja a posterior aprovação permitiu o governo furar o teto de gastos para conceder benefícios assistenciais⁴⁰.

O resultado não poderia ser diferente: vários casos de corrupção envolvendo a compra de caminhões de lixo, ônibus escolares e máquinas pesadas, além de suspeitas de tráfico de influência no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e fraudes no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Maranhão⁴¹. De acordo com investigação do jornal O Globo⁴², em 2021 os partidos mais beneficiados como orçamento secreto foram o PSD (R\$619 milhões), DEM (R\$519 milhões) e MDB (R\$518 milhões). Juntos, parlamentares

³⁷ CORREIA, Victor. Mourão critica orçamento secreto e "hipertrofia do Congresso". *Correio Braziliense*, Brasília, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4996630-mourao-critica-orcamento-secreto-e-hipertrofia-do-congresso.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

³⁸ As “emendas de relator”, cuja constitucionalidade não é consenso no Judiciário e no meio acadêmico, são frações do orçamento anual que são distribuídas pelo relator da lei orçamentária no Congresso para outros parlamentares, sem nenhum critério especificado em lei. Na prática, fortalecem o capital político do relator sem necessariamente se transformarem em benefícios para a população.

³⁹ VINHAL, Gabriela. O que é 'orçamento secreto', verba usada em esquemas suspeitos de corrupção. *UOL*, Brasília, 08 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/08/orcamento-secreto-fraudes-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 10 ago. 2022.

⁴⁰ PORTO, Douglas. Entenda o que são as “emendas do relator” ao Orçamento. *CNN*, São Paulo, 08 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-julga-suspensao-das-emendas-do-relator-ao-orcamento-entenda/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

⁴¹ VINHAL, O que é 'orçamento secreto', verba usada em esquemas suspeitos de corrupção, cit.

⁴² CAMPOREZ, Patrik; GONÇALVES, Eduardo. Veja lista de 290 parlamentares que receberam R\$ 3,2 bilhões pelo orçamento secreto. *O Globo*, Brasília, 19 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/veja-lista-de-290-parlamentares-que-receberam-32-bilhoes-pelo-orcamento-secreto-25325337>. Acesso em: 10 ago. 2022.

do bloco oposicionista, formado pelo PDT, PT, PSB, Solidariedade e Cidadania, foram beneficiados com mais de R\$201 milhões em emendas secretas.

Neutralizada a oposição, o foco dos autocratas passa a ser mudar as normas que regulam os processos eleitorais e a atuação dos poderes republicanos. Para Levitsky e Ziblatt, o objetivo dos populistas com essa mudança é legalizar a própria atuação à margem da Constituição, desacreditar a integridade dos resultados eleitorais com o objetivo de justificar a subversão democrática em caso de derrota e usar a lei como instrumento de enfraquecimento dos adversários⁴³. Atualmente, talvez essas são as manobras mais evidentes no Brasil, considerando os insistentes ataques do presidente da República, dos membros do alto escalão do governo e de militares de alta patente às urnas eletrônicas⁴⁴. Os ataques alcançaram um novo patamar em 18 de julho de 2022 quando a presidência convocou embaixadores para uma reunião no Palácio da Alvorada com o objetivo de desacreditar a segurança do sistema de contabilização dos votos⁴⁵. No mesmo dia, o jornalista William Waack, âncora da CNN Brasil, sintetizou magistralmente o sentimento de indignação lembrando que Bolsonaro “se transformou no primeiro caso em tempos modernos em que um mandatário, chefe de governo e chefe de Estado, convoca o resto do mundo para emporcalhar a imagem do seu próprio país”⁴⁶.

Entretanto, essa não foi a primeira ofensiva de Bolsonaro e de seus aliados no Congresso. Em 10 de agosto de 2021, parlamentares da base do governo tentaram mudar a forma de registro do voto nas eleições (PEC 135/2019), propondo a implantação de impressoras nas urnas eletrônicas para emitir cédulas físicas conferíveis pelo eleitor. Apesar de ter sido rejeitada (em grande parte por causa da pressão da sociedade civil), essa proposta serviu de palco para Bolsonaro desferir mentiras e ataques ao sistema eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral. No dia seguinte, tentaram ainda aprovar uma reforma eleitoral (PEC 125/11) que previa o fim do sistema proporcional de lista aberta na eleição de deputados e senadores. A proposta do chamado “distritão”, que foi posteriormente retirada,

⁴³ LEVITSKY; ZIBLATT, *Como as democracias morrem, cit.*, p. 90.

⁴⁴ BOLSONARO criticou sistema eleitoral mais de 20 vezes em 2021. *Poder360*, Brasília, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

⁴⁵ NEIVA, Lucas. Bolsonaro ataca urnas eletrônicas com inquérito desmentido pelo TSE. *Congresso em Foco*, Brasília, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-ataca-urnas-eletronicas-com-inquerito-desmentido-pelo-tse/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

⁴⁶ WAACK: O mundo está sabendo a partir de hoje que o Brasil é uma república. *CNN Brasil*, São Paulo, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/waack-o-mundo-esta-sabendo-a-partir-de-hoje-que-o-brasil-e-uma-republica/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

comprometeria a representação das minorias nos espaços de poder (pois acabaria com a proporcionalidade do voto), reduziria as chances de renovação política e facilitaria a vitória de candidatos com grande poder econômico.

Embora o governo esteja tendo dificuldade para implementar sua agenda por falta de apoio parlamentar estável, a mera proposição dessas medidas é danosa ao país porque impede que a classe política concentre a atenção em problemas reais que a sociedade enfrenta, como, por exemplo, o aumento da fome e a crise na saúde pública. Além disso, põe à prova o compromisso coletivo com a Constituição na medida em que testa a postura de deputados e senadores diante de um esquema de suborno e de favoritismo político em uma conjuntura de fragilidade democrática. E, como será visto no próximo tópico, é justamente o alinhamento concreto das forças políticas com os valores e normas constitucionais o guardião do sistema democrático contra as investidas dos autocratas.

4 A Constituição e as normas implícitas no contexto de erosão democrática

Não existe democracia sem compromisso coletivo com as condições desse regime. Da mesma forma, não é efetiva a Constituição quando a classe política e a sociedade civil não a compreendem como importante e necessária. Isso significa dizer que, sem amparo social, a democracia é falsa e a Constituição é letra morta. Não é suficiente, porém, a concordância somente com as regras positivadas. A observância das normas estabelecidas pela tradição é, também, condição para manutenção da estabilidade institucional, pois, comumente, legisladores avaliam que a obriedade de algumas regras e a concordância implícita da sociedade com elas justificam a sua não positivação. Entretanto, em tempos de crise política, quando o que é sensato passa a ser desvalorizado, o que é pressuposto deixa de ser. Por essa razão, as normas implícitas em uma democracia só são percebidas como necessárias quando estão ausentes. Em síntese, quando não há respeito coletivo para com os princípios implícitos de uma democracia, não há norma positiva perfeita o suficiente que evite o fim da estabilidade institucional.

A quantidade e a robustez das normas não escritas variam conforme a durabilidade do regime democrático. Quanto mais antiga uma democracia é, mais normas convencionadas se acumulam ao longo do tempo, o que também significa maior fortalecimento do anteparo constitucional, impedindo que o Estado se torne palco de uma guerra. A nossa democracia é jovem, é verdade, mas ainda assim é possível falar de algumas normas não escritas genuinamente brasileiras, como a nomeação, pelo presidente da República, do Procurador-

geral da República dentre os nomes escolhidos em eleição interna no Ministério Público Federal (MPF), mesmo não sendo uma determinação constitucional; a indicação de pessoas imparciais e independentes para compor o Supremo Tribunal Federal, apesar da Constituição requerer somente notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101, caput, CF); o dever de garantir a autonomia do diretor-geral da Polícia Federal, mesmo a legislação garantindo que o provimento do cargo é de responsabilidade privativa do presidente da República (art. 2º-C, lei nº 9.266/1996); e a nomeação do mais votado em eleições internas nas universidades federais para ocupar o cargo de reitor, mesmo que a lei permita ao presidente da República escolher qualquer um da lista tríplice enviada pela instituição de ensino. Além dessas, existem as que se aplicam para todas as democracias liberais, como o respeito pelo resultado das eleições (independentemente dos resultados), a obrigação de garantir uma pacífica transição de poder, a tolerância e o respeito na arena política (isto é, concordar em discordar), o uso comedido de mecanismos de exceção (mesmo quando previstos constitucionalmente) e o compromisso com a verdade em todas as instâncias e situações.

Todas, sem exceção, foram desconsideradas pelo atual presidente da República. Em 2019, nomeou o procurador Augusto Aras para chefiar o MPF, que nem havia se candidatado para ocupar o cargo. Em 2021, Aras foi reconduzido ao posto, ignorando, novamente, a lista tríplice. Em um aceno à uma de suas principais bases eleitorais, Bolsonaro prometeu e cumpriu a promessa de indicar um “terrivelmente evangélico” para o STF, colocando a religião como quesito fundamental em uma indicação que, em tese, deveria ser puramente técnica. Como exposto no tópico anterior, explorou ao máximo a liberdade de trocar o chefe da Polícia Federal quando a família e aliados estavam no foco de investigações importantes, comprometendo a autonomia de uma das instituições mais respeitadas no país. Nomeou, por diversas vezes, para o cargo de reitor, docentes que não venceram as eleições internas nas universidades, além de designar reitores *pro tempore* em ao menos sete instituições em uma manobra para burlar totalmente a vontade das comunidades acadêmicas⁴⁷. Recentemente, Bolsonaro tem estado ameaçando suspender as eleições⁴⁸ e silenciou quando questionado se aceitará o resultado da eleição presidencial mesmo se for derrotado. Incentiva, também,

⁴⁷ BOLSONARO nomeia pela 22ª vez reitor que não ficou em primeiro na consulta pública. *Brasil de Fato*, São Paulo, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/23/bolsonaro-nomeia-pela-21-vez-reitor-que-nao-ficou-em-primeiro-na-consulta-publica>. Acesso em: 17 ago. 2022.

⁴⁸ CARDOSO, Débora. Bolsonaro sugere 'suspensão' de eleições caso ocorra 'algo anormal'. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 abr. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/04/27/interna_politica,1362779/bolsonaro-sugere-suspensao-de-eleicoes-caso-ocorra-algo-anormal.shtml. Acesso em: 17 ago. 2022.

desde antes de ser eleito, a violência contra opositores e ministros dos tribunais superiores, contribuindo para o aprofundamento da tensão entre os poderes constituídos, além de reiteradamente propagar, com ajuda de aliados, notícias falsas sobre adversários políticos, o que levou, inclusive, o STF a abrir o popularmente conhecido “inquérito das *fake news*”.

Autocratas rejeitam acatar as normas não escritas da democracia porque as consideram uma invenção intelectual que foge do que está posto na Lei. Mesmo os autointitulados conservadores oportunamente abandonam o discurso da manutenção do *status quo* em prol de uma agenda política própria de desconsideração dos costumes. É verdade que é difícil convencer a sociedade, e em particular os populistas, acerca da existência de um corpo normativo que não passou pelo crivo parlamentar e não está consolidada em nenhum diploma jurídico, mas a sustentação da democracia na contemporaneidade depende de acreditarmos que a prática política necessita estar em consonância com a Constituição se quisermos manter a estabilidade institucional. Normas em uma folha de papel não são capazes de surtir os efeitos desejados caso a coletividade e, principalmente, os que comandam o Estado optarem por práticas que as contrariem. E é justamente por isso que os autocratas ascendem ao poder e conseguem aplicar sua agenda mesmo em países com Constituições exemplares no que diz respeito à garantia de direitos e limitações do poder político.

A crescente onda de subversão das democracias liberais mundo afora, que encontra a força motriz dentro dos próprios mecanismos do regime democrático, se aproveita dessa duplicidade normativa para se consolidar. Os autocratas desejam ampliar o próprio poder e executar seus planos sem, contudo, deixar evidente que abandonaram a convicção democrática, pois “o sucesso do golpe depende da crença de que a democracia continua a existir”⁴⁹. E conseguem isso mantendo formalmente a Constituição em vigor, ao passo que desconsideram os seus pressupostos mais basilares. Trata-se, portanto, de um golpe silencioso que se concretiza gradualmente sem alarmar as instituições de controle, sem tanques nas ruas e sem militares tomando posse do poder civil, o que dificulta, inclusive, saber ao certo quando triunfam ou não. Os autocratas procuram preservar o esqueleto da democracia enquanto trabalham incessantemente para desconfigurar a sua essência. Por isso que, hodiernamente, “a democracia pode entrar em falência mesmo permanecendo intacta”⁵⁰,

⁴⁹ RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018, p. 51.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 10.

Ao ignorar a lista tríplice enviada pelo MPF para prover o cargo de Procurador-geral da República, minar a independência da Polícia Federal, comprometer a autonomia das universidades federais e usar indicações ao STF como estratégia de angariação de apoio popular, fica claro que Bolsonaro usa a máquina do Estado em benefício do seu próprio plano de poder. Trata-se do desfazimento da importante fronteira entre o público e o privado que caracteriza o Estado moderno. Como consequência, surge um Estado personalista, submetido não mais, *de facto*, à Constituição, mas aos devaneios do autoritarismo. E tudo mascarado de democracia, o que, preocupantemente, convence mais do que deveria.

No segundo turno das eleições de 2018, o *establishment* político acreditou que conseguiria comedir Bolsonaro, mantendo-o dentro dos limites constitucionais, e por isso lhe deu um voto de confiança. Depois do pleito, os partidos políticos tradicionais começaram a perceber que, talvez, teriam alguma dificuldade para domá-lo, mas confiaram que as instituições iriam resistir aos arroubos autoritários do chefe do Executivo. Agora, essa resistência está sendo posta à prova à medida que a cooptação do parlamento (especificamente dos membros do “centrão”) começa a produzir resultados benéficos ao plano de poder do presidente. Mas ainda há quem mantenha a mantra de que as instituições estão funcionando normalmente, de que os controles constitucionais não estão desgastados e de que ocorrerá uma sucessão pacífica de poder se Jair Bolsonaro perder as eleições presidenciais de 2022. Será mesmo? A resposta é: depende.

A singularidade da crise democrática no Brasil atual demanda por medidas de reação também singulares, mas sempre constitucionais. A restauração da institucionalidade passa pela reiteração da importância do comedimento oposicionista (o que não significa omissão), pelo rearranjo das forças políticas tradicionais e, mais importante, pela capacidade dos democratas — sejam eles de esquerda ou direita, liberais ou conservadores — de convergir em princípios básicos de civilidade política e articular uma união eleitoral que coloque a democracia à frente das divergências ideológicas.

5 Revertendo a erosão democrática e institucional

A ascensão de um autocrata ao poder em uma democracia consolidada é sempre um divisor de águas na história do país, uma experiência traumática que posteriormente gera uma longa reflexão sobre as consequências geradas para o sistema político como um todo. Justamente por isso, a forma de fazer oposição precisa se adaptar à nova realidade, sob pena de prolongar o estado de instabilidade.

A primeira lição que Levitsky e Ziblatt fornecem em *Como as Democracias Morrem* é que a oposição nunca deve se igualar em comportamento político aos aspirantes a ditadores. É lugar comum pensar que seria estupidez jogar dentro das regras quando seu oponente claramente opta por desrespeitá-las, pois seria escolher que os ataques se proliferassem quando estivesse claro que não obteriam respostas adequadas. Todavia, combater autoritarismo na mesma moeda apenas fortalece aqueles que estão no poder. Na maioria das vezes, a tática de terra arrasada, que é como os autores nomeiam o comportamento de uma oposição intransigente, fortalece as forças pró-governo e afasta até mesmo os moderados. Foi assim, por exemplo, em 2002 na Venezuela quando um golpe de Estado contra o presidente Hugo Chávez fracassou, avivando o movimento chavista e legitimando um regime autoritário que ainda se prolonga.

Nessa questão, a oposição a Bolsonaro acertou, pois rechaçou cruzar os limites constitucionais para conter o Executivo. Ao contrário, escolheu pôr as travas do poder proporcionadas pelo sistema tripartite para funcionar, concentrando os esforços de contenção do governo federal no Congresso Nacional e nos tribunais, em particular no Supremo Tribunal Federal, obtendo vitórias relevantes. Como exposto no terceiro tópico, a oposição articulada conseguiu evitar prosperar as propostas de aumento no número de membros do STF e o impeachment de três ministros da Corte, além de barrar alterações na legislação eleitoral que aprofundariam a crise institucional. No entanto, a maior conquista da oposição foi, sem dúvida alguma, a instalação da CPI da COVID no Senado Federal em 2021 que ajudou a revelar o quão ineficiente e omissos o governo federal foi na gestão da crise sanitária deflagrada em 2020.

No âmbito judicial, destaca-se a atuação da Rede Sustentabilidade que impetrou inúmeras ações contra o governo no STF, principalmente durante o período mais gravoso da pandemia do COVID-19. Com isso, logrou êxito em barrar a produção e divulgação de um dossiê do Ministério da Justiça que listava servidores públicos federais ligados a movimentos de oposição, conseguiu obrigar o governo federal a adotar medidas de proteção especiais para as populações tradicionais no contexto de crise sanitária, impediu a posse de Alexandre Ramagem como diretor-geral da PF em decorrência de suspeitas de interferência política na instituição e garantiu a proteção de áreas ambientais comprometidas pelo enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental. Essa estratégia rendeu críticas ao partido, que foi acusado de judicializar a política e incentivar o STF a expandir o próprio poder. À época filiado à Rede Sustentabilidade, o senador Fabiano Contarato corretamente declarou que “o

trabalho de um congressista, enquanto fiscalizador dos demais Poderes, não se esgota na apresentação de projetos de lei. [...] Cabe aos grupos da minoria atuar em todos os meios, inclusive no Judiciário, para garantir o livre exercício da oposição política”⁵¹.

Outra solução sempre cogitada nessas situações é o impeachment, um instrumento excepcional de busca pela normalidade institucional. Esse mecanismo está previsto no ordenamento jurídico do Brasil desde 1950, quando o presidente Eurico Gaspar Dutra sancionou a lei federal nº 1079/50 que, aliás, foi parcialmente recepcionada pela Constituição de 1988. Desde então, foi posta efetivamente em prática duas vezes: em 1992, com Fernando Collor de Mello e em 2016, com Dilma Rousseff. Com Bolsonaro, entretanto, nenhum dos 146 pedidos de impeachment protocolados na Câmara dos Deputados por cidadãos, organizações da sociedade civil e partidos políticos desde o início do mandato foi sequer analisado. Isso se deve ao fato de que o comando da Câmara — primeiro com Rodrigo Maia e, agora, com Arthur Lira — sempre esteve alinhado ao chefe do Executivo, tornando a retirada constitucional do presidente uma realidade improvável. Como bem observa Sérgio Abranches, na *realpolitik* não bastam provas de cometimento de crime de responsabilidade para o afastamento de um presidente, é necessário também ter vontade política⁵².

Um processo constitucional de destituição presidencial se improvável nos três primeiros anos de governo, é praticamente impossível no último, já que o processo eleitoral passa a figurar como a solução mais viável. Levitsky e Ziblatt observam que a eleição é o grande teste da disposição da classe política tradicional de reagir à crise instalada pelos autocratas, pois é justamente a oportunidade de demonstrar que a democracia está à frente de programas partidários. É verdade que, em alguns casos em que a cooptação das instituições é significativa, as eleições são um caminho ainda mais tortuoso em virtude da probabilidade de manipulação dos resultados. Felizmente, não é o caso do Brasil. Não obstante os recorrentes ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral e às instituições, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda goza de independência para gerir os pleitos de forma transparente e independente.

Em recente entrevista à revista *Veja*, Levitsky demonstrou preocupação com as ameaças que a democracia brasileira vem sofrendo, mas acredita que, ao fim, elas

⁵¹ FIGUEIREDO, Pedro Augusto. Rede utiliza ações no Supremo para fazer oposição a Bolsonaro. *O Tempo*, Belo Horizonte, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/rede-utiliza-acoes-no-supremo-para-fazer-oposicao-a-bolsonaro-1.2441738>. Acesso em: 23 ago. 2022.

⁵² ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

fracassarão, em parte porque o *establishment* ainda é maioria no parlamento e possui força eleitoral⁵³. Ainda assim, é fundamental a construção de uma ampla coalizão pró-democracia que englobe figuras políticas de diferentes correntes ideológicas, pois eliminaria, pelo menos temporariamente, o sectarismo oposicionista, criando uma união política transversal e diversa. Entretanto, é forçoso reconhecer que:

Construir coalizões que se estendam além dos nossos aliados naturais é difícil. Exige disposição para deixar de lado, por um momento, questões com as quais nos preocupamos profundamente. [...] Nós temos que entender nossos horizontes de tempo, engolir seco e fazer concessões difíceis. Isso não significa abandonar as causas que nos importam. Isso significa deixar passar desacordos temporariamente a fim de encontrar bases morais comuns.⁵⁴

Infelizmente, as negociações políticas nesse sentido não foram frutíferas para o primeiro turno do pleito de 2022, isto é, nenhuma candidatura foi exitosa em agrupar, pelo menos institucionalmente, forças políticas da esquerda à direita. A conjuntura do segundo turno, entretanto, é diferente. No momento em que escrevo, faltam pouco menos de três semanas para a decisão final de quem governará o país pelos próximos quatro anos. Todas as pesquisas de intenção de voto revelam vantagem do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que ficou em primeiro lugar no primeiro turno com 48,43% dos votos válidos e que recebeu o endosso de Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB), sobre o presidente Jair Bolsonaro.

Obviamente, surpresas podem acontecer, mas as tendências indicam para uma sucessão presidencial em 2023. A escolha de Geraldo Alckmin como candidato a vice-presidente na chapa de Lula revela um aceno relevante do PT ao eleitor moderado, explicitando certa disposição em ceder de algumas posições firmadas de forma intransigente desde a redemocratização. Mas é importante reconhecer que tal união só foi possível com a desfiliação de Alckmin do seu histórico partido de centro-direita, o PSDB, em direção ao PSB, de centro-esquerda. Além disso, o apoio recente de algumas personalidades que historicamente foram das forças oposicionistas aos governos do PT (como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador José Serra) também explicita a urgência do momento em unir os democratas em torno da proteção da Constituição.

⁵³ BECHARA, Victória. Levitsky: o Brasil tem instituições fortes para se contrapor a Bolsonaro. *Veja*, São Paulo, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/levitsky-o-brasil-tem-instituicoes-fortes-para-se-contrapor-a-bolsonaro/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

⁵⁴ LEVITSKY; ZIBLATT, *Como as democracias morrem*, cit., p. 207.

Todavia, seja qual for o resultado da corrida presidencial, a crise democrática não estará automaticamente encerrada, pois, pela primeira vez desde a redemocratização, o chefe do Executivo ameaça não respeitar a vontade do povo brasileiro. Se Bolsonaro vencer, espera-se que as instituições resistam por mais quatro anos; se perder, espera-se que elas façam cumprir o desejo do eleitor. Fato é que o ponto de retorno da via que leva o país à autocracia ainda está ao alcance da vontade popular, o que nos leva a constatar o fato de que a nossa democracia não morreu, mas nunca esteve tão perto desde o fim da ditadura civil-militar.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALBRECHT, Nayara. Democracia em fase terminal nas américas? Comentários sobre “Como as Democracias Morrem”. *Revista Teoria & Pesquisa*, v. 28, n. 2, 2019, p. 131-139. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/66037846/431.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BARBOSA, Saulo Vinicius Souza. “Como as Democracias Morrem”: um Livro Assustadoramente Familiar. *Revista TOMO*, n. 34, 2019, Jan.-Jun., p. 419-426. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/346/3461391012/3461391012.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.
- BECHARA, Victória. Levitsky: o Brasil tem instituições fortes para se contrapor a Bolsonaro. *Veja*, São Paulo, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/levitsky-o-brasil-tem-instituicoes-fortes-para-se-contrapor-a-bolsonaro/>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- BEHNKE, Emilly. Bolsonaro minimiza motivação política em morte de petista. *Poder360*, Brasília, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-minimiza-motivacao-politica-em-morte-de-petista/>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BEHNKE, Emilly; MAIA, Mateus. Seguir a Constituição por vezes embrulha o estômago, diz Bolsonaro. *Poder360*, Brasília, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/seguir-a-constituicao-por-vezes-embrulha-o-estomago-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BOLSONARO criticou sistema eleitoral mais de 20 vezes em 2021. *Poder360*, Brasília, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BOLSONARO é condenado a pagar indenização a Maria do Rosário. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 fev. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/bolsonaro-e-condenado-a-pagar-indenizacao-a-maria-do-rosario-88yd7zljbnwx1di6g8agxu415/>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BOLSONARO nomeia pela 22ª vez reitor que não ficou em primeiro na consulta pública. *Brasil de Fato*, São Paulo, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/23/bolsonaro-nomeia-pela-21-vez-reitor-que-nao-ficou-em-primeiro-na-consulta-publica>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- BOLSONARO troca direção da PF pela 4ª vez e nomeia delegado ligado a ministro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/bolsonaro-troca-dire%C3%A7%C3%A3o-da-pf-pela-4%C2%AA-vez-e-nomeia-delegado-ligado-a-ministro-1.779090>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- CÂMARA absolve deputado que xingou Lula e Dilma. *Conjur*, São Paulo, 29 out. 2008. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-out-29/camara-arquiva-representacoes-deputado-xingou-lula-dilma>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- CAMPOREZ, Patrik; GONÇALVES, Eduardo. Veja lista de 290 parlamentares que receberam R\$ 3,2 bilhões pelo orçamento secreto. *O Globo*, Brasília, 19 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/veja-lista-de-290-parlamentares-que-receberam-32-bilhoes-pelo-orcamento-secreto-25325337>. Acesso em: 10 ago. 2022.

- CARDOSO, Débora. Bolsonaro sugere 'suspensão' de eleições caso ocorra 'algo anormal'. Estado de Minas, Belo Horizonte, 27 abr. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/04/27/interna_politica,1362779/bolsonaro-sugere-suspensao-de-eleicoes-caso-ocorra-algo-anormal.shtml. Acesso em: 17 ago. 2022.
- CARVALHO, Daniel. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia um dia após ato pró-golpe militar. *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/04/eu-sou-a-constituicao-diz-bolsonaro-ao-defender-democracia-um-dia-apos-ato-pro-golpe-militar-ck98k3f8c01x101p5zcz3up2e.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- CORREIA, Victor. Mourão critica orçamento secreto e "hipertrofia do Congresso". *Correio Braziliense*, Brasília, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4996630-mourao-critica-orcamento-secreto-e-hipertrofia-do-congresso.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, Baltimore, p. 141-155, 2015. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2015/01/Diamond-26-1_0.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.
- EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.
- FIGUEIREDO, Pedro Augusto. Rede utiliza ações no Supremo para fazer oposição a Bolsonaro. O Tempo, Belo Horizonte, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/rede-utiliza-acoes-no-supremo-para-fazer-oposicao-a-bolsonaro-1.2441738>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- HAUBERT, Mariana. Proposta que antecipa aposentadoria de ministros do STF avança na Câmara. *Poder360*, Brasília, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/proposta-que-antecipa-aposentadoria-de-ministros-do-stf-avanca-na-camara/>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. *Informal institutions and democracy: lessons from Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2006.
- HUNTINGTON, Samuel. Democracy's Third Wave. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, Baltimore, p. 12-34, 1970. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/democracys-third-wave/>. Acesso em: 05 ago. 2022.
- HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma City: University of Oklahoma Press, 2012.
- KOKAY, Érika. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Deutsche Welle*, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-pol%C3%AAmicas/a-46065201>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- LASIER pede processo de impeachment contra Alexandre de Moraes. *Agência Senado*, Brasília, 16 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/06/lasier-pede-processo-de-impeachment-contra-alexandre-de-moraes>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MARCOS do Val pede impeachment de Gilmar Mendes. *Agência Senado*, Brasília, 10 de abril de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/10/marcos-do-val-pede-impeachment-de-gilmar-mendes>. Acesso em: 09 ago. 2022.

- MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 36ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- NEIVA, Lucas. Bolsonaro ataca urnas eletrônicas com inquérito desmentido pelo TSE. *Congresso em Foco*, Brasília, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-ataca-urnas-eletronicas-com-inquerito-desmentido-pelo-tse/>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- PROJETO que aumenta para 15 número de ministros do STF é desengavetado. *Migalhas*, Brasília, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/352460/projeto-que-aumenta-para-15-numero-de-ministros-do-stf-e-desengavetado>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- PORTO, Douglas. Entenda o que são as “emendas do relator” ao Orçamento. *CNN*, São Paulo, 08 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-julga-suspensao-das-emendas-do-relator-ao-orcamento-entenda/>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- PORTO, Douglas. Ministério da Defesa publica ordem do dia em alusão ao 31 de março. *CNN Brasil*, São Paulo, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018.
- SABALLA, Léo. Bolsonaro diz que atos do MST têm de ser tratados como 'terrorismo'. *G1*, Porto Alegre, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/08/29/bolsonaro-diz-que-atos-do-mst-tem-de-ser-tratados-como-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- SENADOR pede impeachment de Barroso por fala sobre Forças Armadas. *Poder360*, Brasília, 25 mai. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/senador-pede-impeachment-de-barroso-por-fala-sobre-forcas-armadas/>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- VINHAL, Gabriela. O que é 'orçamento secreto', verba usada em esquemas suspeitos de corrupção. *UOL*, Brasília, 08 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/08/orcamento-secreto-fraudes-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- “VOU interferir. Ponto Final”, disse Bolsonaro após reclamar da PF. *Correio Braziliense*, Brasília, 14 mai. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/14/interna_politica,854951/vou-interferir-ponto-final-disse-bolsonaro-apos-reclamar-da-pf.shtml. Acesso em: 09 ago. 2022.
- WAACK: O mundo está sabendo a partir de hoje que o Brasil é uma republiqueta. *CNN Brasil*, São Paulo, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/waack-o-mundo-esta-sabendo-a-partir-de-hoje-que-o-brasil-e-uma-republiqueta/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

Como citar este artigo: OLIVEIRA, Herberth. A democracia brasileira morreu?. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1–24, 2022.

Recebido em 27.08.2022

Publicado em 31.10.2022



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional